

Tomada de Preços DGA nº 6/2016.

Processo nº 01-P-23330/2013.

Data de encerramento para a entrega dos envelopes “A” – Documentação para Habilitação e “B” – Proposta Comercial, devidamente identificados com o número da presente Tomada de Preços: **29/11/2016 - às 09:30 horas.**

Data de abertura dos envelopes “A” – Documentação para Habilitação: 29/11/2016 - às 10:00 horas.

Tipo de Licitação: Menor Preço Global.

Regime de Execução: **Empreitada por preço Global**

Comprador: Emanuela Vieira de Mira

Telefone: (19) 3521 - 4383

Fac-símile: (19) 3521-4397.

A **Universidade Estadual de Campinas – Unicamp** torna público, para conhecimento geral, a abertura de certame licitatório, modalidade “Tomada de Preços”, destinada a seleção da proposta mais vantajosa para a elaboração de projetos executivos: Estrutural, Instalações Hidrossanitárias, Combate de Proteção Contra Incêndios e Aprovação no Corpo de Bombeiros e Climatização para a construção do Prédio do Centro de Referência de Formação de Educadores da Faculdade de Educação – FE Unicamp, com área aproximada de terreno a intervir de 4.000 m² e área construída aproximada de 6.200m², nos termos do Anexo I, cujo processamento subordina-se às normas e princípios estabelecidos no Estatuto de Licitações e Contratos - Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Constituem partes integrantes deste edital, nos termos do § 2º, do artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/93, os seguintes anexos:

Anexo I - Pasta Técnica, contendo:

- ✓ Memorial Descritivo nº 01/2016 CPROJ
- ✓ CPROJ – Anexo 1 – Escopo Fornecimento Completo v02
- ✓ CPROJ – Anexo 2 – Diretrizes CPROJ Projeto Digital
- ✓ CPROJ – Anexo 3 – Roteiro de Gerenciamento e Desenvolvimento de Projetos v01
- ✓ CCUEC – Especificações Técnicas – Infra Dados e Voz
- ✓ CEMEQ – Especificações Técnicas – Elevadores
- ✓ CPO – Escopo Fornecimento
- ✓ CPO – Especificações Técnicas CPO v21
- ✓ Caderno de Encargos da Prefeitura da Unicamp (disponível no *site*: http://www.prefeitura.unicamp.br/documentos/caderno_encargos.pdf/view);
- ✓ Estudo Preliminar Arquitetura – Centro Referências de Orientação Educadores.pdf
- ✓ Estudo Preliminar Arquitetura – Educação-4EP-ARQ-MOD.xps.

- ✓ Memorial do Partido Arquitetônico do Centro de Referência de Formadores de Educação.pdf
- ✓ Termo de Referência BIM – SC – 0216_PregElet_AnexoD.
- ✓ Sondagem e Levantamento Planialtimétrico do terreno – ÁREA 201-CPDEC Área 1.pdf
- ✓ Planilha de Preço de Projeto com valores
- ✓ Fotos da área
- ✓ Tabelas de Caixas e Trechos – quadra 23-complemento
- ✓ Área do Projeto – Quadra 23.dwg
- ✓ Geral – Quadra 23.dwg
- ✓ Interf. Centro de Formação FE.dwg

Anexo II – Documentação para Habilitação

Anexo III – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Anexo IV – Cronograma de Trabalho

Anexo V – Minuta do Termo de Contrato

1. DA RETIRADA DO EDITAL E ENTREGA DOS ENVELOPES

1.1. O edital e seus anexos poderão ser retirados no *link* http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/ENegocios/BuscaENegocios_14_1.aspxsit, ou ainda, na Divisão de Suprimento de Serviços e Obras/DGA da Unicamp, situada na Praça das Bandeiras, nº45, Quadra 2, Prédio 1 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, Campinas/SP, no horário compreendido entre 9:00 e 17:00 horas.

1.2. Os envelopes deverão ser entregues, até o dia e horário estabelecidos no preâmbulo, no **Expediente da Área de Suprimentos/DGA**, no endereço indicado no subitem anterior.

1.3. Os envelopes apresentados à Unicamp após a data e horário fixados no presente Edital serão devolvidos, ainda fechados, aos respectivos interessados, no dia da abertura dos envelopes. Não estando presentes os interessados, os envelopes ficarão disponíveis para retirada no prazo de 15 (quinze) dias, findo os quais serão inutilizados sem qualquer aviso prévio.

1.4. Não será admitido o recebimento de envelopes via postal ou similar.

1.5. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil – de expediente normal na Unicamp – subsequente aos ora fixados.

2. ABERTURA DOS ENVELOPES

2.1. Na sala de reuniões da **Divisão de Suprimento de Serviços e Obras/DGA**, localizada no endereço supracitado.

3. DO OBJETO

3.1. Elaboração de projetos executivos: Estrutural, de Instalações Hidrossanitárias, Combate de Proteção Contra Incêndios e Aprovação no Corpo de Bombeiros e Climatização para a construção do Prédio do Centro de Referência de Formação de Educadores da Faculdade de Educação – FE Unicamp, com área aproximada de terreno a intervir de 4.000 m² e área construída aproximada de 6.200m², conforme especificações contidas no Anexo I.

3.1.1. Os trabalhos a contratar são:

3.1.1.1. **Projeto Estrutural:** Fundações, muros de contenção, impermeabilização, estrutura em concreto armado (edifício, passarela externa, escadas, mobiliário), estrutura metálica (marquises, guarda-corpos, pérgola da praça, pérgola de ligação com prédio existente).

3.1.1.2. **Instalações Hidrossanitárias:** Abastecimento de água potável nos pontos de consumo, inclusive no sistema de climatização, coleta e afastamento de esgoto sanitário, captação e afastamento de águas pluviais e interligações.

3.1.1.3. **Combate e Proteção Contra Incêndio:** Projeto e aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, e interligações;

3.1.1.4. **Climatização:** Sistemas de climatização para todas as dependências do edifício em função de seu uso.

3.2. O orçamento estimado do serviço é **R\$ 257.991,32** (duzentos e cinquenta e sete mil, novecentos e noventa e hum reais e trinta e dois centavos).

3.3. O endereço da obra referente ao projeto a ser desenvolvido é: Rua Pitágoras - Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Campinas/SP.

4. DO REGIME

4.1. Os projetos executivos deverão ser realizados pelo regime de empreitada por preço global.

4.2. O valor total ofertado na proposta corresponderá a única remuneração para desenvolvimento dos projetos executivos, objetos da presente Tomada de Preços, devendo a licitante verificar todas as condições necessárias à perfeita e total execução dos serviços, não cabendo pleitear posterior acréscimos de valores.

5. DOS PRAZOS

5.1. O prazo total para o desenvolvimento e entrega dos projetos executivos, respeitado o Cronograma de Trabalho constante do Anexo IV é de **370 (trezentos e setenta) dias** contados a partir da primeira reunião técnica realizada entre a Contratada e **Coordenadoria de Projetos e Obras - CPROJ**.

5.2. Deverá ser entregue juntamente com os projetos executivos, planilhas e memoriais, o Protocolo de entrega no Corpo de Bombeiros.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO

6.1. Poderão participar as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação e que atendam as condições de habilitação previstas no presente edital.

6.1.1. Não será admitida a participação no certame de empresas:

- a) estrangeiras que não funcionem no país;
- b) reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- c) que estejam cumprindo as penalidades previstas nos incs. III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02 e art. 10 da Lei Federal nº 9.605/98 (crimes ambientais).

6.1.2. Ocorrendo qualquer uma das hipóteses descritas nas alíneas acima, a licitante será inabilitada.

6.2. É condição para habilitação no presente certame a apresentação de toda documentação indicada no Anexo III, bem como ser inscrito no Registro Cadastral – RC do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP, pertinente a categoria do objeto da licitação e devidamente atualizada em relação a validade dos documentos com prazo de vigência próprio e devidamente aprovados.

6.2.1. No item qualificação econômico-financeira o RC deverá apresentar, em qualquer um dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, o valor $\geq 1,00$.

6.3. O Registro Cadastral poderá ser requerido até o terceiro dia que antecede à data do recebimento dos envelopes, nos termos do artigo 22, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, devendo, as licitantes, apresentarem toda a documentação exigida para seu cadastramento, consoante o rol de documentos disponível na Área de Suprimentos/DGA no endereço constante neste edital ou na Internet no endereço: www.licitacoes.unicamp.br.

6.4. Se o Registro Cadastral for requerido na forma da cláusula anterior, a documentação deverá ser entregue em envelope fechado, até o dia 24/11/2016 contendo a seguinte identificação: “Pedido de Inscrição em Registro Cadastral para participação na **Tomada de Preços DGA nº6/2016**”.

6.5. Os requerimentos e documentos pertinentes ao Registro Cadastral serão analisados no dia útil imediatamente posterior à data estabelecida no item anterior, pela Comissão Permanente de Julgamento de Habilitação – CPJH.

6.6. A condição de licitante cadastrada no CAUFESP será verificada *on line* pela Comissão Julgadora Especial – CJE, na sessão de abertura dos Envelopes “A” - Documentação para Habilitação, cuja Ficha Cadastral do Fornecedor será impressa e juntada aos autos do processo licitatório.

6.7. As licitantes deverão consultar previamente a situação dos documentos constantes de seu registro cadastral para, se for o caso, apresentá-los atualizados dentro do Envelope “A” – Documentação para Habilitação.

6.8. Os documentos extraídos de sítios oficiais da Internet e apresentados no certame terão sua veracidade confirmada pela CJE.

6.9. Os documentos indicados no Anexo III deverão ser apresentados no Envelope “A” – Documentação para Habilitação.

6.10. Se a licitante for a matriz todos os documentos de habilitação deverão estar em seu nome, e se for a filial todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto os que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.11. As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda documentação exigida, com data de aprovação no registro cadastral, para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.11.1. No caso de microempresas e empresas de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da UNICAMP, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas de débito ou positivas com efeito de certidão negativa, cujo início corresponde ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame.

6.11.2. A não regularização da documentação, no prazo estabelecido no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à UNICAMP convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou revogar o certame.

7. DA PROPOSTA

7.1. A proposta deverá ser impressa com tinta indelével e assinada pelo representante legal da licitante, devidamente qualificado (nome e Cédula de Identidade) e autorizado a contrair obrigações em seu nome. Recomenda-se que **todas as páginas da proposta sejam sequencialmente numeradas e rubricadas pelo signatário da mesma.**

7.1.1. A Comissão Julgadora de Propostas poderá, se for o caso, solicitar a comprovação da representação da licitante, que poderá ser feita por meio de procuração e Ato Constitutivo da empresa, hipótese em que tais documentos deverão ser apresentados no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

7.2. A proposta deverá conter:

- a) identificação e endereço completo da licitante;
- b) descrição do objeto de forma correta e clara;
- c) preço unitário de cada um dos projetos discriminados no subitem 3.1.1. e preço global, conforme documentação técnica composta pelo Anexo I – Pasta Técnica,

expresso em números e em moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais, vedada a vinculação a qualquer indexador;

d) o preço ofertado deverá cobrir todas as despesas relacionadas à execução dos serviços, tais como: materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, tributos e encargos de natureza social, trabalhista, previdenciária, fiscal ou para-fiscal, tendo por base a legislação vigente;

e) as condições e especificações determinadas neste edital e seus anexos;

7.3. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data estabelecida para encerramento da entrega dos envelopes.

7.3.1. Em casos excepcionais a Unicamp poderá, antes de expirado o prazo original de validade da proposta, solicitar às licitantes uma prorrogação específica no prazo que deverá ser a mínima necessária para concluir a avaliação das propostas; obter aprovações e adjudicar o objeto. Neste caso, a solicitação e as respostas serão feitas por escrito (carta, fax ou telegrama), sendo vedada a licitante que concordar com a prorrogação, modificar sua proposta.

7.4. A proposta, correspondência e impressos deverão ser escritos em português, podendo os documentos complementares e a literatura impressa, estar em outro idioma, porém, deverão estar acompanhados de tradução para o português, sendo que a mesma prevalecerá sobre os originais, principalmente no que se refere à interpretação da proposta.

7.5. A licitante arcará com todos os custos relativos à elaboração de sua proposta, não recaindo sobre a Unicamp quaisquer ônus de caráter indenizatório, independentemente do resultado do procedimento licitatório.

7.6. Não serão permitidas propostas alternativas. A licitante deverá apresentar proposta que atenda aos requisitos do edital, inclusive os projetos, conforme indicado nos desenhos e especificações técnicas.

7.7. Não se admitirão propostas rasuradas, emendadas ou com entrelinhas que obscureçam seu perfeito entendimento.

7.8. Basta a apresentação dos envelopes à presente licitação para entender que a licitante concorda com todas as cláusulas deste edital.

7.9. A Documentação para Habilitação e a Proposta Comercial deverão ser inseridas em envelopes separados, devidamente fechados e indevassados, contendo externamente, a identificação completa da licitante (**CNPJ, Razão Social, endereço, telefone**), **o número desta licitação e a seguinte informação:**

Envelope “A” – Documentação para Habilitação.

Envelope “B” – Proposta Comercial.

8. DA SESSÃO DE ABERTURA

8.1. As licitantes poderão, na sessão de abertura, se fazer representar por um diretor ou um de seus sócios ou por preposto, por meio de Procuração ou Carta Credencial.

- 8.1.1. Quando representada por diretor ou um de seus sócios, deverá ser apresentado o respectivo Contrato Social ou Ata de Eleição da diretoria, no original, por cópia autenticada ou cópia simples juntamente com o original para cotejo.
- 8.1.2. Em se tratando de Procuração ou Carta Credencial, deverá haver menção expressa de outorga de poderes amplos, inclusive para receber intimação e/ou interpor/desistir de recursos, e identificação clara do subscritor, com firma reconhecida ou firmada por 2 (duas) testemunhas devidamente qualificadas (nome, R.G. e endereço), e deverá ser apresentada no original, por cópia autenticada ou cópia simples juntamente com o original para cotejo.
- 8.1.3. Os contratos sociais, procurações ou cartas credenciais, acompanhados da cédula de identidade, respectivamente, do diretor ou sócio da empresa, do procurador ou representante credenciado, serão apresentados em separado à Comissão Julgadora, que os examinará no início da Sessão de Abertura.
- 8.1.4. Os documentos de representação acima referidos serão retidos pela Comissão Julgadora e juntados ao processo administrativo.
- 8.1.5. Durante os trabalhos da Sessão de Abertura, só será permitida a manifestação oral ou escrita de representantes legais ou credenciados das empresas participantes, que constará de ata, não sendo permitidas refutações orais.
- 8.2. Os envelopes “A” e “B” e os documentos de credenciamento retidos serão rubricados pela Comissão, pelos representantes legais ou credenciados presentes.
- 8.3. A Comissão providenciará o recolhimento dos envelopes contendo as propostas comerciais procedendo em seguida, a Abertura dos envelopes “A” – Documentação para Habilitação.
- 8.3.1. O conteúdo dos envelopes “A” também será rubricado pela Comissão, pelos representantes legais ou credenciados presentes.
- 8.4. O julgamento da habilitação, **a critério da Comissão**, poderá ocorrer ato contínuo à abertura dos envelopes na mesma sessão pública ou reservadamente.
- 8.5. Os envelopes “B” – Proposta Comercial poderão ser abertos imediatamente após a fase de habilitação desde que haja renúncia expressa do direito de interpor recurso por parte de todas as licitantes, devidamente registradas na Ata de Julgamento de Habilitação.

9. DOS JULGAMENTOS

9.1. DA HABILITAÇÃO

- 9.1.1. O julgamento da habilitação será feito, na forma que dispõe a lei, pela Comissão Julgadora Especial – CJE – composta de, no mínimo, 03 (três) membros designados pela autoridade competente.
- 9.1.2. Será dada publicidade do resultado do julgamento da habilitação através do Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE, para fins de conhecimento das licitantes e eventuais interposições de recursos, na hipótese do julgamento não se realizar no

mesmo dia da abertura dos envelopes e/ou não estiverem presentes todas as licitantes, bem como a data e horário para abertura do envelope “B” – Proposta Comercial.

9.1.3. Os envelopes propostas das licitantes inabilitadas permanecerão fechados e disponíveis para retirada no prazo de 30 (trinta) dias, findo os quais serão inutilizados, sem qualquer aviso prévio.

9.1.4. Em hipótese alguma haverá devolução do envelope Proposta, antes de transcorrido o prazo recursal e de julgados os eventuais recursos administrativos.

9.2. DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

9.2.1. O julgamento das propostas será feito, na forma que dispõe a Lei, pela Comissão Julgadora de Propostas – CJP composta de, no mínimo, 03 (três) membros designados pela autoridade competente.

9.2.2. Na data estabelecida, a CJP realizará a abertura dos envelopes somente das empresas habilitadas e procederá nos dias subsequentes, o seu julgamento, caso não ocorra a hipótese descrita no subitem 8.5.

9.2.3. No julgamento das propostas a CJP levará em consideração os critérios objetivos definidos neste edital, de conformidade com o tipo desta licitação, dentre as propostas consideradas qualificadas, e em estrita consonância com as disposições do art. 44 e 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2.4. Será desclassificada a proposta que apresentar preços manifestamente inexequíveis.

9.2.5. Não serão consideradas quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste edital, nem preço ou vantagem com base nas propostas das demais licitantes.

9.2.6. Não serão admitidas propostas que apresentarem preços global ou unitário simbólicos, irrisórios, de valor zero ou incompatíveis com os preços de mercado.

9.2.7. A CJP poderá, a qualquer tempo, requerer da licitante os esclarecimentos que julgar necessários a respeito de sua proposta, inclusive o detalhamento dos preços unitários, materiais e equipamentos. A solicitação e a resposta deverão ser feitas por escrito. Nessa oportunidade a licitante deverá, se também for o caso, demonstrar a exequibilidade desses preços através de suas composições e respectivas justificativas técnicas.

9.2.7.1. A licitante que deixar de responder às diligências quando solicitadas e dentro do prazo estabelecido, será desclassificada.

9.2.8. Após o encerramento da fase de julgamento das propostas, caso haja empate, será assegurada às microempresas e as empresas de pequeno porte, a preferência de contratação, desde que solicitado o exercício de preferência na forma estabelecida no **Anexo III**.

9.2.8.1. Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e as empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez pontos percentuais) superiores à proposta mais bem classificada.

9.2.8.2. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte maneira:

a) a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior a que foi considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

a.1) nesse caso a Comissão Julgadora de Propostas convocará a microempresa ou a empresa de pequeno porte para apresentar nova proposta no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de preclusão;

b) não ocorrendo a contratação na forma disposta na subalínea anterior serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do subitem 9.2.8.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 9.2.8.1 será realizado sorteio entre as mesmas para identificar a que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

d) caso a contratação não ocorra nos termos do previsto no subitem 9.2.8, o objeto da licitação será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

e) O critério de desempate estabelecido nas alíneas anteriores somente se aplica quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.2.9. Será considerado para efeito de julgamento, o menor preço global do objeto definido no item 3, deste edital, dentre as propostas qualificadas.

9.2.10. A presente licitação poderá ser anulada ou revogada, nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2.11. A absoluta igualdade de condições entre duas ou mais propostas, implicará na classificação da primeira colocada, mediante sorteio a ser realizado em ato público, na data e horário previamente estipulados e comunicados a todas as licitantes.

9.2.12. O resultado do julgamento das propostas será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE.

10. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

10.1. Para fins do disposto no artigo 62 da Lei Federal nº 8.666/93, o instrumento contratual será lavrado sob a forma de Termo de Contrato, cuja minuta compõe o **Anexo V**.

10.2. Como condição de assinatura da carta contrato, e nos termos do art. 6º da Lei estadual nº 12.799/2008, a Unicamp consultará o CADIN para verificação de eventual registro em nome da adjudicatária, sendo que resultado positivo impedirá a formalização do instrumento contratual.

10.3. A Adjudicatária deverá assinar e devolver o Termo de Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de sua convocação.

10.3.1. Na hipótese da Adjudicatária não assinar o Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos, a Unicamp poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da penalidade prevista no subitem 14.1.

10.4. Na hipótese de eventual aditamento contratual por força de adequação técnica do objeto, nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, será adotada, para composição de preços, a última versão da Tabela de Composições de Preços de Obras – TCPO da Editora PINI.

10.5. Será admitida a subcontratação dos serviços, objeto desta licitação, mediante solicitação formal da Contratada à Fiscalização da Unicamp, devendo, para tanto, apresentar atestados emitidos por pessoa de direito público ou privado, devidamente registrados no CREA ou CAU.

11. GARANTIA CONTRATUAL

11.1 As condições para a constituição de garantia para o cumprimento integral da obrigação estão definidas no instrumento contratual, cuja minuta compõe o **Anexo V**.

12. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. Os projetos, acompanhados da documentação fiscal, deverá ser entregue na **Coordenadoria de Projetos e Obras - CPROJ**, nos termos do instrumento contratual, cuja minuta compõe o **Anexo V**.

12.2. O recebimento definitivo será dado pela **CPROJ e CPO** no ato da “Entrega Definitiva” do objeto sem qualquer pendência, em conformidade ao estabelecido na etapa nº 08 do Anexo I e após conferência das condições estabelecidas no Edital e instrumento contratual.

12.2.1. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da Contratada, nos termos do § 2º do art. 73 da Lei 8.666/93.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado nos termos contidos no instrumento contratual, cuja minuta compõe o Anexo V.

14. DAS SANÇÕES

14.1. A recusa ou atraso injustificado da Adjudicatária em assinar o Termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa de até 50% sobre o valor total da obrigação.

14.2. A Contratada, além das sanções previstas no Capítulo IV, Seção II da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, estará sujeita, ainda, às seguintes multas, cujo cálculo tomará por base o valor contratual:

- a) multa de mora diária em relação aos prazos fixados: 0,1% (zero vírgula um ponto percentual) sobre o valor contratual, por atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) multa de mora diária: 0,2% (zero vírgula dois ponto percentual) sobre o valor contratual, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso limitados esses atrasos a 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
 - b.1) os atrasos superiores a 60 (sessenta) dias serão considerados como inexecução total ou parcial do contrato para fins de aplicação de multa compensatória de até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor total ou parcial do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato à critério da Unicamp;
- c) multa pelo descumprimento de cláusula constante no edital ou no instrumento contratual: até 2,5% (dois vírgula cinco pontos percentuais) sobre o valor contratual da parte executada, em execução ou inexecutada, conforme o caso;
- d) multa por desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato: até 2,5% (dois vírgula cinco pontos percentuais) sobre o valor contratual da parte executada, em execução ou inexecutada, conforme o caso;
- e) multa compensatória pela inexecução parcial do contrato: até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor contratual da parte inexecutada;
- f) multa compensatória pela inexecução total do contrato: até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor contratual.

14.3. As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento a que tiver direito a contratada, respondendo, igualmente pelas mesmas, a garantia prestada.

14.4. As licitantes estarão, ainda, sujeitas às sanções penais previstas na Seção III, do Capítulo IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

14.5. A aplicação da penalidade capitulada nos subitens acima é independente e a aplicação de uma não exclui a das demais e não impossibilitará a incidência de outras sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e Portaria GR nº 248, de 06/10/98, publicada no DOE de 07/10/98 e disponível na Internet no endereço: http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=798.

14.6. As penalidades previstas neste item têm caráter administrativo e sua aplicação não exige a contratada de responder por eventuais perdas e danos que acarretar à Unicamp decorrentes da execução do contrato.

14.7. Na aplicação de penalidades, bem como na rescisão unilateral do instrumento contratual, deverá ser observado o direito da ampla defesa e do contraditório.

15. DAS IMPUGNAÇÕES, DOS RECURSOS E REPRESENTAÇÕES.

15.1. Eventuais impugnações deverão ser apresentadas até 2 (dois) dias úteis que antecedem a abertura dos envelopes, e não terão efeito suspensivo, salvo se presentes razões de interesse público.

15.2. A Unicamp receberá apenas recursos e representações decorrentes de seus atos, na forma definida no artigo 109 da Lei Federal nº 8666/93, e dirigidos ao Reitor, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido na forma e nos prazos previstos pelas disposições legais e deverão ser protocolados, impreterivelmente, no **Expediente da Área de Suprimentos da DGA**.

15.3. Serão recebidos e conhecidos as impugnações, os recursos e representações através de fac-símile, desde que os originais sejam apresentados até 5 (cinco) dias da data do término do prazo ou, dos atos não sujeitos a prazo, da data da recepção do material, nos termos da Lei Federal nº 9.800, de 26 de maio de 1999.

16. DOS ESCLARECIMENTOS

16.1. Os esclarecimentos deverão ser solicitados por escrito, através de fac-símile ou por e-mail, , no prazo máximo de **4 (quatro) dias úteis** que antecedem a data do encerramento para a entrega dos envelopes, não sendo aceitos os pedidos de esclarecimentos e/ou informações por telefone.

16.2. A Unicamp disponibilizará no link http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/ENegocios/BuscaENegocios_14_1.aspx as respostas a todos os pedidos de esclarecimentos as quais vinculam e integram o edital em todos os seus termos.

16.3. Na hipótese de não haver pedido de esclarecimentos pelas interessadas, no prazo acima estipulado, pressupõe-se que os elementos constantes no edital são suficientemente claros e precisos, não cabendo posteriormente o direito a qualquer reclamação.

17. DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

17.1. Para agilização dos procedimentos relativos ao empenhamento das despesas resultantes da futura contratação, convém que as licitantes informem, nas propostas, a Agência do Banco do Brasil S/A que mantém conta corrente, bem como seu número, para que os pagamentos ocorram de conformidade com o disposto neste edital.

17.2. As propostas sem a expressa indicação de prazos e/ou condições estabelecidas neste edital, serão tidas por ratificadas, nos termos da presente, pelas licitantes, exceto quando item obrigatório.

17.3 Com a apresentação da proposta a proponente assume, independentemente de Declaração, que:

a) tem ciência dos impedimentos à contratação com a Universidade Estadual de Campinas, previstos na Lei estadual nº 12.799/08 – CADIN ESTADUAL.

b) tem pleno conhecimento das disposições contidas no edital, na pasta técnica e anexos, bem como no Caderno de Encargos da Prefeitura da Unicamp (disponível no site: http://www.prefeitura.unicamp.br/documentos/caderno_encargos.pdf/view;

c) atende e cumpre a disposição contida no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/88;

d) se não estiver estabelecida no município de Campinas deverá adotar as providências contidas na IN DRM/GP 01/2012, quanto ao Cadastro de Empresas não Estabelecidas no Município de Campinas – CENE, o que poderá ser feito no endereço eletrônico: <http://cene.campinas.sp.gov.br/cene-web/prestador/solicitacao/cadastro.jsf>., sendo que a não inscrição no referido CADASTRO acarretará a retenção do ISSQN a ser realizada pela Universidade, nos termos do art. 27 da Lei Municipal nº12.392/05.

d.1) a exigência acima não se aplica ao Microempreendedor Individual – MEI.

17.4. Todos os documentos de que trata o presente edital e seus anexos, deverão ser apresentados no original ou por cópias devidamente autenticadas, exceto a proposta comercial que deverá, sem exceção, ser apresentada no original.

17.5. Arquivos eletrônicos com extensão PLT não podem ser visualizados da tela do computador, devendo para análise de seu conteúdo, fazer a plotagem dos referidos arquivos.

Campinas, 08 de novembro de 2016.

ANEXO II

DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

1. No mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica-operacional, registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agricultura – **CREA** ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - **CAU**, **expedido em nome da licitante**, por pessoas jurídicas de direito público ou privado e que comprove a aptidão para **desenvolvimento de projetos** de características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, com indicação dos serviços executados.
2. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente profissional(ais) de nível superior reconhecido(s) pelo CREA ou CAU, o(s) qual(ais) será(ão) o(s) responsável(eis) técnico(s) pelo serviço. A comprovação deverá ocorrer mediante apresentação de um dos seguintes documentos:
 - ✓ carteira de trabalho;
 - ✓ ficha (ou folha do livro) de registro de empregados;
 - ✓ contrato social;
 - ✓ contrato particular firmado com a empresa licitante;
 - ✓ certidão de registro da empresa junto ao CREA ou CAU, no caso de o profissional que será o responsável técnico pela obra ser também o responsável técnico da empresa junto ao referido órgão.
3. Certidão de Registro da licitante na entidade profissional competente (CREA ou CAU), no caso desta informação não constar de seu Registro Cadastral do CAUFESP.
4. Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte – **Anexo III**.

NOTA 1: Toda documentação poderá ser apresentada no original, por cópia autenticada ou cópia simples juntamente com o original para cotejo, sendo que os documentos que comportarem prazo de validade, deverão ser apresentados com validade até a data estabelecida para encerramento da entrega dos envelopes.

NOTA 2: Os documentos elaborados e emitidos pela licitante, quando assinados por procurador, deverão estar acompanhados do instrumento de procuração.

ANEXO III**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

“A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, por seu representante legal, o Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara, sob as penas da lei e sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, que é “microempresa ou empresa de pequeno porte”, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que conhece na íntegra, e está, portanto, apta a exercer o direito de preferência como critério de desempate na **Tomada de Preços DGA nº 6/2016** realizada pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

Local e data

Assinatura, nome e RG do representante legal da empresa

ANEXO IV

CRONOGRAMA DE TRABALHO

Etapas	Descrição das Etapas	Prazos (dias corridos)	Parcela de Pagamento (%)
01	Estudo Preliminar	30	
	Análise do Estudo Preliminar – CPROJ e CPO	10	10
02	Ante Projeto	60	
03	Análise dos Ante Projetos – CPROJ e CPO	20	20
04	Pré-Executivo	90	
05	Análise dos Pré-Executivos – CPROJ e CPO	20	20
06	Executivo – inclusive Memoriais Descritivos, Planilhas Orçamentárias, ARTs ou RRTs e outros documentos.	60	
07	Análise do Executivo - CPROJ e CPO	40	20
08	Entrega do Objeto – Definitiva	30	
09	Autorização para emissão de NF final	10	30
TOTAL		370	100